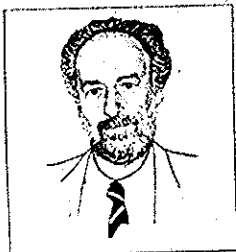


INSTITUTO  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Documentação  
 Fonte: *OSP (Espaço Aberto)*  
 Data: *7/2/2003* Pg *12*  
 Class.: *55*

WASHINGTON NOVAES

## Espirros e resfriados

**C**ertamente uma das heranças pesadas recebidas pela nova administração federal está na área de energia, tal a soma de erros, imprevidências, omissões, favorecimentos, deslizos e quejandos que aí se acumulam. E cujas graves consequências estão todos os dias nos jornais.



**Energia, uma das heranças ruins deixadas pelo governo FHC**

Já se anunciavam, por exemplo, reajustes de tarifas de energia elétrica acima de 20%, alguns perto de 30%, tal como previra a ministra de Minas e Energia no início de janeiro – atribuindo esses índices exatamente à “herança” do governo anterior, acumulada nas áreas cambial, nos leilões de energia no mercado atacadista a preços inacreditáveis, ao “seguro-apagão” e muito mais. “O modelo implica pressão tarifária”, explicou ela (Estado, 7/1/2003), observando ainda que, a seu ver, dever-se-ia trocar o IGP-M pelo IPCA na correção de tarifas – desde que conseguisse fazer isso sem ferir contratos com as empresas.

Exatamente aí está a questão central. Logo depois, o ministro da Fazenda assegurou categoricamente que não será mudada a fórmula de cálculo das tarifas na energia (que incorpora variação cambial e índices de inflação).

Não estranha a ênfase do ministro da Fazenda. *Mutatis mutandis*, não deixa de lembrar por certos ângulos o drama da Argentina, no final do ano passado, quando a gigantesca crise cambial levou o governo à decisão de rever os contratos de privatização de serviços públicos, exatamente para desdolarizar as tarifas e desatrelá-las de índices norte-americanos de correção da inflação. As pressões externas se tornaram insuportáveis, o mundo desabou e, com ele, vários presidentes da República.

Aqui, não bastasse o imbróglio das tarifas – que têm de cobrir tudo aquilo mais a remuneração da energia não consumida no racionamento, mais o mal chamado seguro-apagão (que remunerará ter-

moelétricas sem funcionar) –, ainda estamos, mais uma vez, às voltas com os dramas do álcool.

Nem o ministro da Agricultura, que é produtor na área, consegue entender – dizem os jornais de quarta-feira última – por que, de novo, o preço do álcool sobe mais que o combinado com o governo (os usineiros negam esse

acordo). E já nem se cogita de qual será outro prejuízo das populações urbanas, que, com a redução do teor de álcool na gasolina, verão aumentar os índices de poluição por veículos (90% do total na Grande São Paulo), as doenças respiratórias.

Provavelmente a explicação estará em vários fatores: governos estaduais semifalidos que aumentam o preço-base sobre o qual é cobrado o ICMS nos combustíveis; mercado externo favorável, com o Japão, a Suíça e outros países europeus, importando álcool para reduzir suas emissões do efeito estufa (enquanto nós aumentamos); a possibilidade, aventada pelo próprio ministro, de que num cenário de guerra muitos países possam recorrer a uma eventual produção brasileira de energia gerada por biomassa

(como o álcool).

E assim vamos, o mundo espiando e nós nos resfriando. Mas também com complicadores internos, como a inflação ascendente, fruto também de fatores locais.

Não bastasse, o presidente da Eletrobrás adverte (Estado, 3/2/2003) que há uma “ameaça real” de os investidores estrangeiros que controlam empresas de energia privatizadas desistirem desses negócios (12 grupos controlam 26 empresas no setor; 2 já se retiraram). Mas acha que o “consumidor não pode pagar sozinho todos os erros do setor elétrico”. E Roberto Pereira d’Araujo, do Instituto Ilumina, adverte que “os preços no atacado (da energia), do jeito que estão sendo fixados, podem levar uma empresa à falência em questão de meses”.

O primeiro caso já está no noticiário, com a possibilidade de o BNDES receber de volta uma empresa privatizada e por ele financiada – mas com débitos da ordem de US\$ 1,2 bilhão (Estado, 4/2/2003). Será saneada e reprivatizada (possibilidade que o presidente do BNDES anunciou em meio a intensa polêmica)?

Não será o único abacaxi para o governo. Das 49 usinas termoeletricas anunciadas no Programa Prioritário dessa área energética, só 37 continuaram em cena, mas apenas 14 saíram do papel; outras 10 estão sendo implantadas, pelo menos mais 3 de-

sistiram. E surgem casos até como o de uma usina no Nordeste, implantada, mas que não teria como conectar-se com a rede de distribuição.

Não bastasse, anuncia-se que o prejuízo da Petrobrás em 2002, por causa do gás da Bolívia e da compra obrigatória de energia das termoeletricas (mais cara que a hidrelétrica), pode chegar a US\$ 1,84 bilhão (Estado, 3/1/2003).

E, se já não fosse muito, o governo terá de descascar o abacaxi de Angra 3 (constrói ou não constrói? Aceita a posição contrária do Ministério do Meio Ambiente?) e decidir sobre a hidrelétrica de Belo Monte e outras previstas para a Amazônia – sob fogo cruzado dos ambientalistas –, destinadas principalmente a aumentar a exportação de eletrointensivos (alumínio, ferro-gusa), absorvendo internamente pesados custos energéticos, sociais e ambientais.

Quem tiver curiosidade – e fôlego – para saber de todos os desatinos cometidos no setor de energia nos anos mais recentes, vale a pena ler o relatório preparado pelo prof. Ildo Sauer, da USP e do Instituto Ilumina, e um grupo de professores, sob o título *O racionamento de energia elétrica decretado em 2001: estudo das causas e responsabilidades e análise das irregularidades e dos indícios de improbidade na compra de energia emergencial e nas compensações às concessionárias*. É espantoso o que está ali.

Triste também é verificar que, no meio de tanta crise, a questão da eficiência energética continue a merecer tratamento secundário. A sociedade provou, durante o racionamento, que era possível economizar mais de 20% da energia que consumia, sem prejuízo relevante. Continua a economizar, porque aprendeu a utilizar equipamentos e lâmpadas mais eficientes. E ainda seria possível cogitar de outras alternativas (reescalonamento de horários e de tarifas, cogeração, etc.).

Mas nada disso parece ser prioritário. Pensa-se em investimentos na expansão da oferta, continua-se enredado em contratos e tarifas. Haverá saídas de fato suficientes por aí?



Acosta